

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 56

Data: 15 de abril de 1981

Pg.: _____

Ministros debatem as soluções para o Jari

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro-chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, reuniu ontem em seu gabinete, por quase quatro horas, os ministros-chefes da Casa Militar, Danilo Venturini, do SNI, Octávio de Medeiros, e o ministro das Minas e Energia, César Cals, além dos presidentes do Grupo Executivo para o Baixo Amazonas, almirante Gama e Silva, e da Vale do Rio Doce, Eliezer de Carvalho, para dar prosseguimento aos estudos visando a equacionar os problemas do Projeto Jari.

No dia anterior, ele tinha-se reunido com os mesmos ministros mais o empresário Azevedo Antunes, também

para estudar uma equação para o Jari, mas desta vez na área de papel e celulose. Uma fonte palaciana informou que a decisão sobre o Projeto Jari não se dará antes de 15 dias, pois agora o governo se dispõe a estudar o problema por partes e não mais a fazer um projeto global, como o que vinha sendo empreendido pelo empresário norte-americano Daniel Ludwig.

"O governo não quer externar sua opinião antecipadamente nem fazer qualquer juízo de valor sobre o projeto, antes de conhecer detalhadamente os planos e a capacidade de cada grupo interessado. Também não quer influir precipitadamente para uma decisão, já que o problema é muito complexo", limitou-se a dizer o porta-voz Carlos Áttila.

'Continuação do projeto interessa ao governo'

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro Camilo Penna, da Indústria e do Comércio, atribuiu, ontem, as dificuldades que o Projeto Jari, de propriedade do empresário norte-americano Daniel Ludwig, está atravessando, a investimentos muito elevados para o retorno que estão proporcionando, mas assegurou que a continuação do projeto interessa ao governo, principalmente porque ele propicia o ingresso de dólares no País e emprega mão-de-obra em quantidade apreciável.

Embora afirmasse que o governo está na posição de observador, diante das atuais negociações que representantes do grupo Jari estão mantendo com empresários brasileiros visando a uma participação nacional no projeto, sobretudo por parte do empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, já associado a Daniel Ludwig em outros empreendimentos, Camilo Penna admite que a União poderá participar com obras de infra-estrutura na área do projeto.

O ministro da Indústria e do Comércio acha que, como o Jari é um investimento de risco, este espírito deve ser mantido, sem que haja tutela do governo, porque quem assume um risco deve arcar com suas conseqüências. Mesmo assim, Camilo Penna não acredita que Daniel Ludwig, como empresário responsável que é, feche um projeto que emprega aproximadamente 10 mil pessoas e é considerado economicamente importante pelo governo. Embora afirmasse não estar informado quanto aos detalhes das negociações entre Daniel Ludwig e Augusto Azevedo Antunes, o ministro mostrou-se otimista, lembrando, inclusive, que os dois são amigos de longa data, tendo chegado mesmo a tirar juntos suas primeiras férias depois de 40 anos de trabalho ininterrupto.

Quanto às demissões de empregados do Jari, Camilo Penna disse que não foram quatro mil, mas em torno de três mil, e que não se trata de empregados permanentes. Segundo o ministro, são trabalhadores que terminaram a construção de obras no projeto e, agora, como de hábito, vão buscar novas obras para se empregar.

LEGITIMAÇÃO DAS TERRAS

O presidente da Entrerios, Comércio e Administração Ltda., "holding" da Jari Florestal Agropecuária, Francisco de Andrade, afirmou ontem, no Rio, que a dificuldade básica em torno das negociações do projeto com grupos nacionais e com o próprio Daniel Ludwig, é a legitimação das terras ocupadas pelo empreendimento. Ele revelou que até o momento já foram investidos no projeto uma soma de US\$ 948 milhões, dos quais US\$ 600 milhões são recursos de Ludwig e o restante obtidos de financiamentos externos, principalmente para a fábrica de celulose que exigiu US\$ 270 milhões.

Acrescentou que a discussão sobre o assunto se torna absolutamente se-

cundária diante dessa legitimação, que no momento é o ponto essencial. Disse que se trata de 942.626 hectares de terras, localizadas no Estado do Pará, resultantes de 72 títulos de posse.

Para Francisco Andrade, esse problema vem-se arrastando desde 1978, sem solução, nove anos depois de adquiridas as terras. A área onde o projeto foi implantado compreendia um total de 3,6 milhões de hectares, de acordo com os títulos comprados, os quais datam de 35 a 180 anos com uma média de 90 anos. Os títulos passaram à Jari quando esta obteve o controle acionário integral (um milhão e cinco mil ações ordinárias nominativas), no valor de US\$ 5 milhões, em 20.3.67, da Jari Indústria e Comércio S.A.

RESTRICÇÕES LEGAIS

Os títulos estavam assim distribuídos: definitivos - 14, representando 629.827 hectares; "enfiteuse" (terrenos foreiros) - 19, com 68.400 hectares; posse - 72 com 942.626 hectares. Francisco Andrade explicou que na época dessa transação não havia restrições à compra de terras por estrangeiros ou empresas nacionais por eles controladas. Restrição que surgiu com o Ato Complementar nº 45, de 31.1.69, e com o Decreto-Lei nº 494, de 10.3.69. Em 1970 a Jari Indústria e Comércio passa a se denominar Jari Florestal Agropecuária.

Louvado na Lei Estadual 4.584, de outubro de 1975, o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) exigiu a demarcação das terras legítimas da Jari. Francisco Andrade revelou que no momento dessa demarcação a Jari veio a constatar que a área descrita nos títulos não era de 3,6 milhões de hectares mas de apenas 1,6 milhão. Quanto às terras resultantes dos títulos definitivos e "enfiteuse" não constituem problema.

O presidente da Entrerios esclareceu que em 1978 a Jari pediu ao Iterpa e posteriormente ao Grupo Executivo do Baixo Amazonas (Geba), a legitimação das terras com títulos de posse. O Iterpa entendeu que os 942.626 hectares indicados pelo Jari correspondiam a uma área bem menor que a verdadeira, tomando como base os títulos que foram parcialmente contestados no tocante às dimensões registradas. O Iterpa não informa, afinal, qual a dimensão real das terras desses títulos e levanta uma série de interpretações sobre as áreas que estariam dentro do Jari.

O dirigente da Entrerios informou que das terras do Jari 1,2 milhão de hectares estão no território do Estado do Pará e 400 mil no território do Amapá, de onde a empresa tem títulos definitivos.

Francisco Andrade lembra que, dentro do pedido de legitimação o Jari sugeriu, como fórmula conciliatória, a utilização das terras sob o regime jurídico de aforamento. E concluiu: "Além disso, não sei mais o que se possa fazer. O governo tem demonstrado boa vontade e estamos esperançosos de que ele encontrará a saída que atenda aos justos interesses de todos."